

ATA Nº 21/2015
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAFIEL
DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

----- No dia vinte e nove de outubro do ano de dois mil e quinze, pelas dezasseis horas, nesta Cidade de Penafiel, no salão Nobre dos Paços do Município, estando presentes o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, Antonino Aurélio Vieira de Sousa e os Excelentíssimos Senhores Vereadores, Adolfo Amílcar Moreno, Rodrigo dos Santos Lopes, Alberto Clemente de Melo e Sousa, André Manuel Loureiro Correia Ferreira, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Ana Cristina Castro Alves e Manuel Fernando Lopes da Silva, comigo, António Barbeitos, Diretor do Departamento de Gestão Organizacional, realizou-se a Reunião extraordinária Pública, da Câmara Municipal de Penafiel. -----

----- Não esteve presente na reunião a Senhora Vice Presidente Susana Paula Barbosa de Oliveira, por se encontrar de licença de maternidade. -----

----- **I – ASSUNTOS INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA** -----

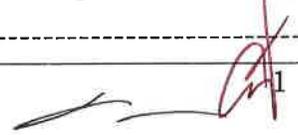
----- **1 – ASSUNTOS A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

----- **Deliberação n.º 877 de 29/10/2015** -----

----- **Assunto:** Alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Penafiel, respetiva Tabela, bem como a respetiva fundamentação económico-financeira do valor das taxas municipais do Município de Penafiel.-----

----- **Proposta:** Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, datada de 2015-10-26 (**em arquivo**) documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata. -----

----- **Documentos que acompanharam a proposta:** Informação do DGO, datada de 2015-10-26, Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Penafiel, respetiva Tabela, bem como a respetiva fundamentação económico-financeira do valor das taxas municipais do Município de Penafiel (**em arquivo**) documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata. -----



----- **O Senhor Vereador Manuel Silva** disse que, havendo de antemão um conhecimento das taxas praticadas, identificando-se as receitas referentes às mesmas, não existe qualquer razão para que no orçamento existam receitas identificadas em rubricas “outros”. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que apenas foi feito o que a lei determina e que ali estará em causa uma questão técnica pelo que solicitou esclarecimentos ao Senhor Diretor do Departamento de Gestão Organizacional. -----

----- **O Senhor Diretor do Departamento de Gestão Organizacional** esclareceu dizendo que existe um conjunto de receitas que normalmente são difíceis de tipificar face àquilo que é o normal funcionamento da Câmara, pelo que, não se encontrando alternativa, aquelas receitas terão que obrigatoriamente ser classificadas como “outras”. Para além das receitas previstas na tabela, existem outras, como por exemplo aconteceu no ano anterior relativamente ao FAM, que teve de ser classificado daquela forma. -----

----- Relativamente à tabela ali apresentada, tratou-se apenas de retirar alguns itens que, por força de nova legislação, já não têm aplicabilidade.-----

----- **Votação:** Aprovado, por maioria, com a abstenção dos senhores vereadores do Partido Socialista, André Manuel Loureiro Correia Ferreira, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Ana Cristina Castro Alves e Manuel Fernando Lopes da Silva, remeter o assunto à Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea b), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **Deliberação n.º 878 de 29/10/2015** -----

----- **Assunto:** Documentos Previsionais para o ano de 2016. -----

----- **Proposta:** Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara datada de 2015-10-26 **(em arquivo)**, documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata. -----

----- **Documentos que acompanharam a proposta:** Documentos Previsionais para o ano de 2016 **(em arquivo)**, documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata. -----

----- **O Senhor Vereador André Ferreira** disse que, atendendo ao facto de os documentos respeitantes à reunião lhe terem sido fornecidos no limite do prazo legal que a lei prevê para uma reunião extraordinária, o Senhor Vereador Manuel Silva solicitou ao Senhor Diretor do Departamento de Gestão Organizacional, via email,

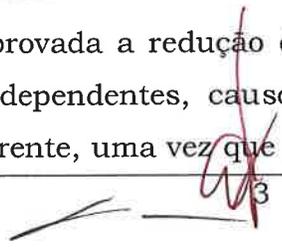


alguns elementos. Considera que os vereadores da oposição deverão ser tratados de forma igual, uma vez que têm os mesmos direitos daqueles que estão em exercício de funções pelo que, o Senhor Presidente deveria interceder para que as respostas sejam dadas o mais rápido possível, uma vez que todos eles têm as suas atividades profissionais, não podendo dedicar o tempo que um documento daquela natureza exige que se tenha para o poder analisar em detalhe. Julga que, no futuro, deverá haver um tratamento e uma resposta diferente daquela que obteve o seu colega porque, dizer-se que os requerimentos deverão ser feitos à Câmara Municipal já o sabem há muito, sabendo também que um ponto daquela natureza poderia ter sido discutido numa reunião ordinária, ainda que tenham concordado, pelas razões invocadas em discuti-lo numa reunião extraordinária. Alertou para o facto de no futuro, caso esta situação se repita, poderem manifestar o seu sentido de voto, justificado pela ausência de elementos, ou melhor, pela chegada tardia dos mesmos, o que dificulta de sobremaneira a tarefa dos vereadores da oposição. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que ficava ali a nota e que o Senhor Diretor do Departamento de Gestão Organizacional se limitou a cumprir as instruções que tem, que vão no sentido de que deverá haver uma avaliação prévia à emissão de documentos em qualquer circunstância. Naturalmente, os senhores vereadores não são “um qualquer cidadão” e terão que estar devidamente informados para que possam exercer o seu mandato. Porém, não poderá deixar que, em circunstância alguma, o Senhor Diretor de Departamento tenha a responsabilidade de estar a disponibilizar documentos sem que, previamente, haja uma avaliação. Considera que deverá haver alguém politicamente responsável por aquela situação, o que não significa que se pretenda limitar o acesso às informações, antes pelo contrário, todos os serviços estão disponíveis para lhes facultarem todos os documentos que necessitarem. O que na realidade aconteceu foi que o mail chegou numa altura em que estava numa reunião da CIM, não tendo sido possível responder de imediato. Também não havia ficado com a ideia de que se tratava de documentação relacionada com aquele tema. De qualquer forma, procurarão fazer com que, de futuro, situações como aquela não aconteçam, porque querem que o sentido de voto e as decisões dos senhores vereadores do Partido Socialista sejam devidamente esclarecidas e tenham por base toda a informação necessária. -----

-----**O Senhor Vereador Manuel Silva**, acerca dos documentos de gestão previsual colocou as seguintes questões: -----

----- Na verba estimada como receita de IMI, tendo sido aprovada a redução de vinte por cento para agregados familiares com três ou mais dependentes, causou alguma estranheza o valor ali encontrado, considerando-o incoerente, uma vez que já

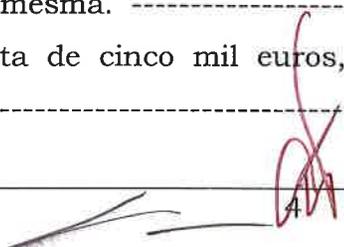


em 2014 tinha sido prevista uma verba de cinco milhões e seiscentos mil euros, tendo a mesma ficado com um grau de execução de oitenta e sete vírgula dois por cento. No primeiro semestre de 2015, levado a reunião de Câmara, foi apresentado o grau de execução daquela receita de trinta e oito vírgula catorze por cento, esperando-se que, até ao final do ano, não se atinjam os cem por cento. Assim, constando para 2016 o mesmo valor de cinco milhões e seiscentos mil euros, consideraram incoerente aquele valor; -----

----- Relativamente à derrama, cujo grau de execução daquela receita em 2014 ficou em setenta e oito vírgula quatro por cento, não sendo ainda conhecidos os dados para 2015, estranham o valor de um milhão e duzentos mil euros para o ano de 2016, tendo em conta a aprovação do Plano de Atração e Investimento através do qual serão isentadas daquele imposto as empresas que tenham mais de cinco postos de trabalho;

-----Pese embora na documentação fornecida, estar referido no Satapocal que as contas designadas por “outros” devem incluir valores de natureza residual, verificaram o seguinte: na conta “outras taxas” das receitas correntes, consta o valor de um milhão, novecentos e cinquenta mil euros, o que corresponde a cerca de quarenta por cento do total da *conta mãe*; na rubrica “outras transferências correntes”, consta o valor de três milhões, novecentos e cinquenta mil euros, que representam cerca de vinte e dois por cento do valor total da rubrica; nas receitas de capital designado por “outros”, consta o valor de três milhões, setecentos e setenta e sete mil trezentos e noventa e três euros, o que corresponde a setenta e cinco vírgula oitenta e oito por cento do valor total daquela rubrica. Relativamente às despesas, constataram o seguinte: em “aquisições de bens e serviços” “outros bens”, consta o valor de cerca de setecentos mil euros, o que corresponde a cerca de oitenta e nove por cento do total da rubrica; em “outros serviços”, existe o valor de um milhão novecentos e noventa e cinco mil euros, que corresponde a trinta e seis por cento do total da rubrica; existe ainda uma outra, cujo valor é de trezentos e noventa e sete mil seiscentos e dez euros e quarenta e oito cêntimos, que corresponde a noventa e seis por cento do total da despesa da *conta mãe*; ainda na “aquisição de bens e serviços” “outros bens”, existe uma despesa de quatrocentos mil euros, que corresponde a sessenta e seis por cento do valor total; nas despesas correntes, existe uma outra despesa de um milhão quatrocentos e setenta mil euros que corresponde a quarenta e três vírgula três por cento do total; por último, na rubrica de “outros bens” consta o valor de oito mil euros, o que corresponde a oitenta e oito por cento do total da mesma. -----

-----Gostariam ainda de ver esclarecido o valor da receita de cinco mil euros, respeitante a “reposições não abatidas nos pagamentos”. -----



-----Na rúbrica “seguros”, tendo sido aprovado em reunião de Câmara de 23-07-2015, o procedimento relativo ao contrato de prestação de serviços, cujo valor para 2016 era de setenta e dois mil oitocentos e cinquenta e três euros e oito cêntimos, não compreendem o valor daquela despesa de cem mil euros. -----

-----Assim, gostariam de ver esclarecidas as divergências existentes entre os objetivos e os valor apresentados e qual a razão da existência de grandes percentagens nas rúbricas designadas por “outros”. -----

-----**O Senhor Vereador Fernando Malheiro** referindo-se ao contributo dado pelos vereadores do Partido Socialista, registou com agrado a inclusão de algumas das suas propostas nos documentos em análise. Além das áreas abrangidas pelas propostas, havia ainda outras como por exemplo o saneamento. Gostaria de ver algumas das propostas incluídas, como por exemplo a descentralização das competências para as juntas de freguesia, lamentando o facto de em 2005 terem sido eliminados os protocolos de transferência de competências, uma vez que são aquelas que têm uma maior proximidade das populações, motivo pelo qual voltaram a sugerir a celebração daqueles protocolos. -----

-----No que diz respeito ao associativismo, aquele é cada vez mais sentido em Penafiel, quer ao nível do desporto, da cultura ou do lazer, julgando assim que seria importante o reforço daquela verba. -----

-----Consideram ainda que seria importante que existisse um orçamento participativo, sendo aquela uma boa forma de envolver os cidadãos nas tomadas de decisão do executivo. -----

-----Relativamente à mobilidade e à segurança rodoviária, consideram importante a questão da não existência de passeios em algumas freguesias, como é o caso de Croca, que tem uma estrada nacional a atravessá-la. Julga que a política de construção dos passeios deveria ser uma política municipal, ou seja ser feito o levantamento das necessidades em todas as freguesias, e não fazerem-se apenas a pedido daquelas. Deveriam ser identificadas as situações de maior perigosidade e dar-se prioridade àquelas. -----

-----Relativamente ao lazer e ao turismo, a riqueza do Douro e do Tâmega, as suas potencialidades e aquilo que poderá reverter a favor dos concelhos por eles banhados, não se repercutem. Falou acerca de Sebolido, que tem uma zona de lazer pronta a ser utilizada, sendo aquele um bom exemplo, que poderá ser replicado ao longo das margens do Rio Douro e do Rio Tâmega. -----

-----Relativamente à educação, considera que, apesar de tudo, Penafiel não tem centros escolares que cubram toda a população. Sugeriu que, onde não existam centros escolares, as escolas existentes sejam equipadas com mobiliário e

equipamentos de tecnologia semelhantes aos daqueles, para que, mesmo não tendo edifícios novos, todos tenham acesso condições semelhantes ao nível das novas tecnologias e do mobiliário. -----

-----Na questão da cultura, consideram ser necessário que a Câmara faça um esforço na questão da existência de uma casa da cultura. Ainda nesta área, julga que pese embora a Escritaria se realizar em Penafiel e envolver as suas gentes, trazendo também aqui personalidades de alto gabarito, a mesma não é feita por uma produtora de cultura de Penafiel, quando o poderia ser. É necessário que sejam os penafidelenses os atores da cultura, os seus produtores e não limitarem-se à sua receção. - -----

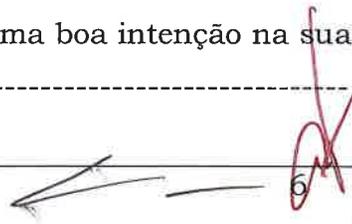
----- Relativamente ao desporto, reparou na existência de um conjunto de investimentos em polidesportivos. A construção daqueles equipamentos ficou muito centrada junto à cidade, não sendo propriamente um erro porque é ali que existe mais população, maior oferta e mais prática desportiva. Porém, existe uma precariedade daquele tipo de equipamentos ao sul do concelho, pelo que sugeriram a construção de um pavilhão gimnodesportivo em Sebolido ou Rio Mau, sabendo que existe terreno e projeto para tal. -----

-----Ainda naquela área, havendo piscinas em Penafiel e em Paço de Sousa, mais uma vez, o sul do concelho é prejudicado. Considera que no contexto económico em que se vive e atendendo ao custo de construção e de manutenção daqueles espaços, não seria fácil. Assim, sugeriu uma parceria com o proprietário das piscinas privadas em Rio Mau. -----

-----Deixaram ainda outras propostas mais específicas, no que diz respeito a obras a realizar em algumas freguesias. A este propósito, julga que seria bom que o Senhor Presidente auscultasse os senhores presidente de junta, para que aqueles dessem as suas opiniões, uma vez que muitos deles, em 2013, não perceberam que lhes foi pedido que indicassem obras para o mandato e não apenas para o ano de 2014. -----

-----Como não têm disponibilidade para o fazer para todas as freguesias do concelho, centraram as suas atenções principalmente nas freguesias do seu partido, o que não retira a sua atenção de todas as outras. -----

-----**O Senhor Vereador André Ferreira** disse rever-se naquilo que havia sido dito pelos seus colegas de vereação, e reiterou aquilo que o seu colega fernando Malheiro havia dito em relação ao agrado registado pelo facto de terem sido incluídas no PPI algumas obras sugeridas pelo Partido Socialista. Porém, a posteriori, farão a análise da sua execução, uma vez que, no passado, houve também uma boa intenção na sua inclusão mas depois o grau de execução não foi o expectável.-----



-----Reiterou ainda a questão levantada pelo seu colega Manuel Silva, no que diz respeito à incoerência de valores do IMI uma vez que se fala na sua redução e a sua receita se mantém igual. -----

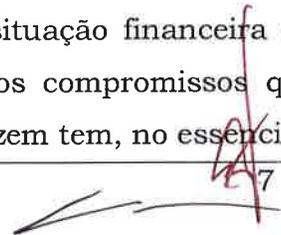
-----Em relação à política educativa da Câmara e à construção de centros escolares, considera que aquela foi uma boa política do ponto de vista da exibição da obra e do aproveitamento dos fundos comunitários, não foi porém, uma boa prática sustentada, uma vez que naquele domínio, o concelho ainda não está a funcionar todo à mesma velocidade, uma vez que existem freguesias com condições ímpares do ponto de vista dos edificios e outras que ainda estão a definhar naquela matéria. Por outro lado, tendo havido no anterior mandato, por imposição legal, a reorganização administrativa do território, deveria ter existido igualmente uma política de construção dos centros escolares de molde a proporcionar uma possível coabitação entre as freguesias no futuro, porque isso terá de acontecer inevitavelmente, uma vez que a manutenção daqueles centros escolares irá acarretar grandes custos ao município. -----

-----Todas as freguesias gostariam de ter um centro escolar pro excelência como na freguesia vizinha, mas sabemos de antemão que isso é inviável, porque não há fundos disponíveis, e depois assistimos a tratamentos diferenciados numa matéria, onde todos deviam ser tratados de igual forma.-----

Uma outra questão, já reiterada em anos anteriores, que se relaciona com o exagero da utilização da rubrica “outros”, considera que, ao contrário do que define a lei, a mesma tem sido utilizada como uma “vala comum”. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que relativamente a questões políticas responderá. Porém, relativamente às questões técnicas, irá pedir ao Senhor Diretor do Departamento de Gestão Organizacional que dê as devidas explicações. -----

-----Assim, disse que aquele é um documento de difícil elaboração uma vez que, a cada ano que passa, existem cada vez mais condicionalismos do ponto de vista formal e mais limitações do ponto de vista substancial. A margem de manobra que existia noutras alturas não existe atualmente, não se podendo manter as estratégias que eram adotadas em quase todos os municípios do país, que consistiam no empolamento de rubricas de receita de forma a poderem ser incluídas muitas obras, aumentando o endividamento. Mesmo que a lei o permitisse aquela não era a sua estratégia, não sendo também aquele o compromisso que assumiram com os penafidenses. O que fazem é ter em conta o equilíbrio da situação financeira do município, o equilíbrio entre os recursos de que dispõem e os compromissos que querem honrar com os munícipes. Assim, a proposta que ali trazem tem, no essencial,



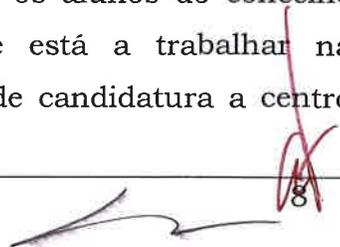
capacidade de manter uma grande rigidez e um grande rigor do ponto de vista orçamental, tendo sido diminuído o seu valor, o que o torna mais realista. Tudo isto não põe em causa o que do seu ponto de vista é essencial que é, por um lado, terem acautelada uma “almofada financeira” para que possam continuar a apoiar os concidadãos mais necessitados através do PMS e, por outro lado, estar também acautelado investimento na requalificação das zonas industriais existentes e na nova zona industrial de Recezinhos, cujo valo previsto é superior a um milhão e meio de euros. Ainda por outro lado, procuraram criar mecanismos de justiça fiscal, dentro das possibilidades e disponibilidades que têm, através da aposta feita na manutenção da taxa mínima do IMI e da redução de vinte por cento para agregados familiares com três ou mais filhos e, no que diz respeito à derrama, mantendo a mesma taxa para empresas com um volume de negócios até cento e cinquenta mil euros. -----

-----Assim, está ali o essencial, como está ali também aquela que é para eles uma marca, que é a relação de proximidade com as freguesias, mantendo as obras que haviam sido acordadas com os senhores presidentes de junta, mantendo também as transferências no âmbito do contrato de delegação de competências estabelecido com as juntas e ainda o apoio às associações e coletividades, ao contrário do que se vê a acontecer na grande maioria dos municípios. -----

-----Por isso, não deverão os senhores vereadores do Partido Socialista dizer que não se está a investir, como poderá ler-se na proposta por eles apresentada, tanto mais que, segundo o anuário financeiro o Município de Penafiel ocupa do sétimo lugar dos municípios que apresentam o maior volume de investimentos. -----

-----Apesar do contexto difícil em que se vive, tiveram todas as preocupações para que tudo o que é essencial constasse daquele documento. Algumas das propostas apresentadas e que consideraram razoáveis foram tidas em conta, não fazê-lo em relação a todas uma vez que as outras fariam com que a despesa aumentasse. Não existe no documento apresentado pelos senhores vereadores do Partido Socialista nenhuma referência à forma de obter maior receita. Por um lado, por aqueles poderia prescindir-se do IRS, fixar o IMI na taxa mínima, eliminar a derrama e pelo outro, fazem propostas de despesas de cerca de dez milhões de euros num conjunto de obras que seriam impensáveis. Já todos deveriam ter percebido pelo caminho de sacrifícios que todos já tiveram que percorrer, que o tempo do “regabofe” já acabou. -----

-----No que diz respeito à área da educação, o ciclo já se encontra praticamente concluído e partilham da ideia de que é preciso que todos os alunos do concelho idêntico acesso à educação, motivo pelo qual agora se está a trabalhar na requalificação daquelas escolas que não tinham condições de candidatura a centro



escolar, o que já foi feito em algumas delas, estando agora em excelentes condições de funcionamento e equipadas de forma semelhante à dos centros escolares. -----

-----Embora o Senhor Vereador Fernando Malheiro já tivesse dado a explicação, ficou surpreendido pelo facto de terem sido analisadas apenas quinze freguesias e feitas propostas para apenas oito do Partido Socialista. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Câmara solicitou ao Senhor Diretor do Departamento de Gestão Organizacional que desse as devidas explicações relativamente às questões de carácter técnico. -----

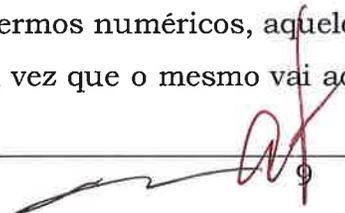
-----**O Senhor Diretor do Departamento de Gestão Organizacional** disse que, como o próprio nome indica, aqueles são documentos previsionais que resultam das estimativas e do conhecimento adquirido ao longo do tempo. Basicamente, deverá olhar-se para aqueles documentos com duas realidades: a da receita e a realidade da despesa. Relativamente ao referido pelo Senhor Vereador Manuel Silva no que diz respeito à taxa de execução da receita de IMI de cerca de trinta e oito por cento no primeiro semestre de 2015, explicou que as prestações daquele imposto são pagas em abril e a câmara recebe no início do mês de junho, em julho e a câmara recebe em agosto e a última em novembro recebendo a câmara em dezembro, pelo que aquela taxa se refere apenas ao pagamento da primeira prestação. Espera-se que no final do ano a receita seja superior ao valor do ano anterior, constando para o próximo ano um valor igual ao ano anterior tendo em consideração que, independentemente da redução de vinte por cento, vai existir um número maior de famílias que deixarão de estar isentas. -----

-----Relativamente ao valor da derrama, o facto de se manter o mesmo valor para 2016 é devido ao facto de ser espectável uma melhoria da economia. -----

-----No que diz respeito aos cinco mil euros que constam na rúbrica de reposições não abatidas em pagamentos, referem-se às autorizações de anulação de receita que são levadas a reunião de Câmara. -----

-----Em relação à despesa, têm ao longo do tempo procurado incluir menos valores em rúbricas de “outros”, o que não tem sido fácil. O valor de cerca de vinte e seis milhões de euros que estão desagregados nas despesas de capital, são respeitantes a obras previstas no PPI, sendo o restante valor de cerca de um milhão de euros o resultante de um novo documento de orientações do FAM, que são as Grandes Opções do Plano. -----

-----**O Senhor Vereador Manuel Silva** agradeceu as explicações dadas porém disse não ter ficado satisfeito com as mesmas. Considera que, em termos numéricos, aquele orçamento não é uma questão técnica mas sim política, uma vez que o mesmo vai ao



encontro de um objetivo político das medidas que são anunciadas. O que questionaram foi a coerência e o método como foram encontrados os valores. -----

-----**O Senhor Vereador Fernando Malheiro** disse que, relativamente aos centros escolares, a Câmara teve oportunidade de cobrir todo o concelho como outros fizeram, e não o fez por opção política. Trata-se de estar ou não de acordo com a construção dos centros escolares e Penafiel ficou a meio do caminho, não tendo coragem de decidir se queria ou não. Deste modo, não existem no concelho igualdade de oportunidades em todas as freguesias uma vez que existem alunos com condições excelentes e outros não as têm, sendo a proposta apresentada pelos vereadores do seu partido uma forma de resolver este problema. -----

-----Relativamente à descentralização de competências com as juntas de freguesia, o valor em causa é o mesmo que a Câmara gasta, não alterando em nada o valor do orçamento. Evidentemente que a assinatura de protocolos com as juntas retiraria o personalismo em que se está a cair na maioria das câmaras, devendo o senhor presidente evitar isso, pondo todos a participar naquelas questões. -----

-----No que diz respeito ao desinvestimento que o Senhor Presidente diz ter lido na proposta, não é isso que ali está. O que é dito é que relativamente aos protocolos, as freguesias e as associações tiveram menos dinheiro. -----

-----**O Senhor Vereador André Ferreira** em resposta ao Senhor Presidente de que chega de “regabofe”, evidentemente que, quem gere um município, faz aquilo que julga ser bem feito e fá-lo da melhor forma. Porém, pelo que vem ouvindo do Senhor Presidente parece que o mundo começou em 2013 e que desde aí tudo é histórico: inaugura-se uma obra de pequena dimensão, diz-se “estamos a fazer história em Penafiel”; reduz-se o IMI, “estamos a fazer história em Penafiel”; temos a taxa de IMI mais baixa, “estamos a fazer história em Penafiel”, porém temos os coeficientes mais altos da região e pagamos mais IMI, aí já não se faz história, ou melhor faz-se pela negativa. -----

-----Na sua opinião, o Senhor Presidente tem decisões políticas erráticas, como por exemplo gastou cerca de trezentos e cinquenta mil euros no espaço de meio ano após o início de funções, que poderiam ser utilizados em obras ou decisões mais prioritárias. A título de exemplo, essa verba que foi despendida, daria para se aprovar e aplicar na prática a proposta apresentada pelo seu partido relativamente à devolução de parte do IRS pago pelos munícipes, mas o senhor presidente preferiu gastar esses valores na construção da Bicha Serpe e na renovação do parque automóvel dos órgãos do município. -----

---- São opções suas, que nós respeitamos, pois enquanto gestor do município, com um mandato, fará o que entender mais convenientes, mas que discordamos da sua importância e relevância política.-----

-----Está também na hora de o Senhor Presidente deixar de usar e abusar dos ajustes diretos, não se podendo apregoar a transparência uma vez que aquele tipo de procedimento tem, segundo a lei, um caráter excepcional. -----

-----O conselho que lhe deixo é que por vezes não basta falar e defender a nossa causa com convicção, é preciso sustentar aquilo que se diz, e no domínio dos ajustes diretos, o senhor presidente tem usado e abusado deste procedimento, esta câmara praticamente é rainha nestes procedimentos, dada a sua quantidade. -----

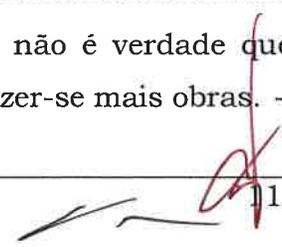
-----Também considera que já chega de se falar no facto de Penafiel ter a taxa mais baixa de IMI porque não adianta dizer isso a um penafidense porque em Melres ou em Cete paga-se menos IMI que em Penafiel, pois os terrenos têm um preço mais baixo, devido aos coeficientes de localização. Um penafidense o que quer é pagar menos IMI, não lhe dá consolo dizer-se que em Penafiel a taxa é mínima, quando ele vê nos concelhos vizinhos pagarem menos IMI, e isto é que é manifestamente relevante. -----

-----Por todos estes motivos expostos, por si e pelos seus colegas irão votar desfavoravelmente. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** acrescentou que os senhores vereadores do Partido Socialista não desdisseram nem questionaram aquilo que havia dito em relação à proposta por eles apresentada. Com certeza concordarão com o facto de o mesmo acrescentar despesa, não havendo em nenhum ponto uma referência à receita para a cobrir. Concorda que possam ter prioridades diferentes das suas mas considera que deveriam ter dito o que não se deveria fazer para poder fazer aquilo que propuseram. Se só acrescentam despesa e não dizem onde se retira ou obtém, só pode concluir que aquele documento tem apenas o objetivo de acrescentar. -----

-----Relativamente à questão das escolas, aquilo que sugeriram para a educação, é aquilo que está a ser feito, bastando para isso estar atento, como é o caso da escola de Covilhô que não é um centro escolar mas é uma EB 1 absolutamente requalificada com tudo o que aqueles têm. Não foi possível a construção de centros escolares em alguns locais, uma vez que não existe financiamento senão a partir de uma determinada dimensão, tendo assim sido construídos aqueles cujos financiamentos foram aprovados e requalificadas as outras escolas. -----

-----No que diz respeito à questão das juntas de freguesia, não é verdade que o proposto não acrescente mais despesa porque o que ali está é fazer-se mais obras. ----

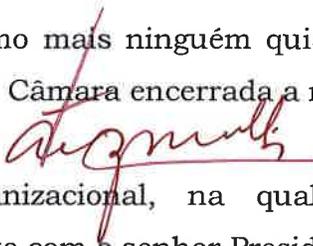


-----Considera uma pena não se associarem ao seu sentido de voto porque daquela forma ficariam também envolvidos na obra que a Câmara Municipal está a fazer. Caso contrário estão, de certa forma, a alhear-se dela. -----

-----**Votação:** Aprovado, por maioria, com os votos contra dos senhores vereadores do Partido Socialista, André Manuel Loureiro Correia Ferreira, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Ana Cristina Castro Alves e Manuel Fernando Lopes da Silva e com os votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores, Adolfo Amílcar Moreno, Rodrigo dos Santos Lopes, Alberto Clemente de Melo e Sousa. Tendo-se verificado o empate na votação, o Senhor Presidente da Câmara fez o uso da prerrogativa de voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do artigo 54.º, da Lei n.º 75/2013 e do n.º 2, do artigo 6.º do Regimento da Câmara Municipal de Penafiel, tendo votado favoravelmente. Nestes termos, submetam-se os referidos documentos à discussão e votação da Assembleia Municipal, para os efeitos do disposto na alínea a), n.º 1, do artigo 25.º, do mesmo diploma. -----

----- Encerrado o período da ordem do dia, foi aberto o período de intervenção do público, não tendo sido feita nenhuma inscrição. -----

----- E como mais ninguém quis usar da palavra, foi pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara encerrada a reunião pelas dezoito horas e vinte minutos. -----

----- E eu, , António Barbeitos, Diretor do Departamento de Gestão Organizacional, na qualidade de secretário, a subscrevo e assino, conjuntamente com o senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal:-----

